INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS AGROINDÚSTRIAS E COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS NO SUL CATARINENSE[1]

Luiz Carlos Mior[2] (miorlc@epagri.sc.gov.br), Dilvan Luiz Ferrari[2], Tabajara Marcondes[2], Janice Maria Waintuch Reiter[2], Luis Augusto Araujo[2]

[2]Pesquisadores do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/CEPA) – Florianópolis.

Grupo de Pesquisa: Agricultura familiar e Ruralidade

Resumo

Em diferentes regiões de Santa Catarina os agricultores familiares buscam formas de ampliar as suas possibilidades de reprodução social no espaço rural, entre as quais estão a constituição de empreendimentos de agregação de valor e de redes de cooperação visando sua inserção no mercado. A partir de duas pesquisas, uma realizada em 2010 e outra iniciada em 2013, este artigo analisa este processo de transformação no Sul Catarinense. Destaca como inovações as agroindústrias familiares e as cooperativas descentralizadas que possibilitam novas formas de inserção nos mercados e ampliam as condições de autonomia e geração de valor agregado pelos agricultores familiares e suas organizações.

Palavras-chave: agricultura e agroindústria familiar; redes de cooperação; cooperativas descentralizadas.

FAMILY FARMING ORGANIZATIONAL INNOVATIONS: AGRO-INDUSTRIES AND DECENTRALIZED COOPERATIVES IN SOUTHERN SANTA CATARINA, BRAZIL.

Abstract

In different regions of Santa Catarina family farmers seek ways to expand their opportunities for social reproduction in rural areas. Such opportunities includes creation of value-added endeavors and cooperation networks with the aim of market insertion. This article analyzes this transformation process in the South of Santa Catarina based on two surveys: the former carried out in 2010 another that began in 2013 still in progress. Results highlights innovations like family Agro-industries and decentralized cooperatives. These innovations are enabling new forms of market integration, increasing conditions of autonomy as well as generating added value for family farmers and their organizations.

Key words: family farming and agro-industry; cooperation networks; decentralized cooperatives.

[1] Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC).

1. INTRODUÇÃO

No processo de mudança socioeconômica e cultural que acontece no meio rural catarinense ao longo dos últimos anos, alguns traços se tornam cada vez mais evidentes. Por um lado, na agricultura convencional, caracterizada pelas cadeias de commodities e hegemonia econômica e política, se observa mecanização crescente, elevação das escalas de produção, concentração da produção e exclusão de agricultores familiares. Por outro lado, em diferentes regiões de Santa Catarina os agricultores familiares buscam formas de ampliar as suas possibilidades de reprodução social no espaço rural, entre as quais estão a constituição de empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação, acompanhados de novos tipos de posicionamento nos mercados, nos quais ficam mais bem caracterizadas as relações diretas entre produção e consumo.

Isso ficou evidenciado a partir de um levantamento realizado em 2010 pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que retratou a magnitude das iniciativas existentes em Santa Catarina, que comportam agroindústrias rurais familiares, turismo rural, artesanato e as atividades de prestação de serviços, bem como as organizações relacionadas à viabilização destes negócios, especificamente na forma de associações, condomínios e cooperativas. Já, a evolução recente deste processo está sendo acompanhada por meio de um novo projeto de pesquisa, que está em execução na região Sul de Santa Catarina.

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar o processo recente de construção de inovações organizacionais protagonizadas pela agricultura familiar na região Sul Catarinense. Para isso, além dessa Introdução (1), contempla: 2. Breve Caracterização Socioeconômica do Sul Catarinense; 3. As Inovações Organizacionais da Agricultura Familiar de Santa Catarina; 4. Formas Tradicionais e Novas Formas de Inserção de Inserção no Mercado da Agricultura Familiar no Sul Catarinense; 5. Agroindústrias Familiares e Redes de Cooperação no Sul Catarinense; 6. Distintas trajetórias organizacionais e estratégias de comercialização das cooperativas no Sul Catarinense.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SUL CATARINENSE[2]

Segundo dados do IBGE/Censo Demográfico 2010, o Sul Catarinense tem área territorial de 9,71 mil km² e representa 10,1% dos 95,7 mil km² de área territorial de Santa Catarina. Conforme essa mesma fonte, em 2010, a população residente na região era de 925,1 mil pessoas, 14,8% da população estadual. No que diz respeito à situação de domicílio (urbana e rural) constata-se que entre 2000 e 2010 o Sul Catarinense foi a região de maior redução de população rural no Estado, 19,8% (Tabela 1).

Se a redução da população rural de alguns municípios não pode ser totalmente interpretada como migração rural, é certo que em vários municípios de Santa Catarina e do Sul Catarinense houve redução da população total. Entre 2000 e 2010, por exemplo, 99 (34%) dos 293 municípios de Santa Catarina e 10 (23%) dos 44 municípios do Sul Catarinense tiveram decréscimo absoluto de população. Entretanto, a análise detalhada dos dados que originam esse percentual leva a supor que boa parte dele seja decorrente da alteração de

[2] Entre as regionalizações do IBGE estão as Mesorregiões Geográficas. Em Santa Catarina são seis e a Sul Catarinense é uma delas. Contempla três Microrregiões Geográficas e 46 municípios, dois dos quais com a criação consolidada apenas em 2013 (Balneário Rincão e Pescaria Brava).

perímetros municipais[3] e não de migração da população rural. Os exemplos regionais mais significativos disso são os municípios de Criciúma e de Imbituba: segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010, Criciúma teve a população rural reduzida em 85% (de 17.371 para 2.678 habitantes) e Imbituba em 100% (de 1.173 para zero habitante).

Tabela 1. População residente (1) por situação do domicílio – SC 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Total			Urbana			Rural		
	2000	2010	Var. (%)	2000	2010	Var. (%)	2000	2010	Var. (%)
Oeste Catarinense	1.117,0	1.200,7	7,5	702,8	860,6	22,4	414,1	340,1	-17,9
Norte Catarinense	1.026,6	1.212,8	18,1	875,5	1.063,9	21,5	151,1	148,9	-1,4
Serrana	401,2	406,7	1,4	312,5	332,4	6,4	88,7	74,3	-16,2
Vale do Itajaí	1.187,2	1.509,0	27,1	993,4	1.322,0	33,1	193,8	186,9	-3,5
Gde Florianópolis	803,3	994,1	23,8	725,4	915,8	26,3	77,9	78,3	0,5
Sul Catarinense	**822,7**	**925,1**	**12,4**	**608,2**	**753,2**	**23,8**	**214,4**	**171,9**	**-19,8**
Santa Catarina	5.357,9	6.248,4	16,6	4.217,8	5.247,9	24,4	1.140,1	1.000,5	-12,2

(1) Mil pessoas na noite de 31 de julho para 1º de agosto

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2006

No que diz respeito ao espaço rural, segundo dados do Censo Agropecuário 2006, a mesorregião representa 14% do número e 8,7% da área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina. Um aspecto evidente sobre isso é que no Sul Catarinense se observa concentração fundiária bem menor do que no País e em Santa Catarina: enquanto na região a agricultura familiar[4] responde por 61% da área dos estabelecimentos agropecuários, em Santa Catarina e no Brasil responde por 44% e 24%, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2. Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produtor - 2006

Regionalização	Número (Mil unidades)				Área (mil hectares)			
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	(%) Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agric. familiar	(%) Agricultura familiar
Brasil	5.175	809,4	4.366	84	333.680	253.577	80.102	24
Santa Catarina	193	25,2	168	87	6.062	3.419	2.643	44
Sul Catarinense	**27**	**3,2**	**24**	**88**	**530**	**208**	**321**	**61**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Em termos de valor da produção agropecuária, o que se observou entre os dois últimos Censos foi a manutenção em 12,8% da participação do Sul Catarinense no total estadual (Tabela 3).

[3] No Brasil a situação de domicilio é baseada apenas na divisão dos perímetros urbano e rural, que são definidos em âmbito municipal. Assim, basta que haja a mudança de um perímetro de rural para urbano que a população desse perímetro sofrerá a mesma mudança. Isso explica parte da redução da população rural de alguns municípios brasileiros e catarinenses, mas a maior parte dessa redução decorre do êxodo rural.

[4] O Censo Agropecuário 2006 tomou por base a Lei 11.326 de 24.07.2006.

Tabela 3. Valor da produção agropecuária - SC e Mesorregiões - 1995/96 e 2006

UF e Mesorregião Geográfica	1995/96		2006	
	(Milhões de Reais)	Participação (%)	(Milhões de Reais)	Participação (%)
Oeste Catarinense	1.868,1	55,7	4.346,8	48,2
Norte Catarinense	350,9	10,5	941,8	10,4
Serrana	278,8	8,3	1.241,4	13,8
Vale do Itajaí	333,1	9,9	995,3	11,0
Grande Florianópolis	92,1	2,7	340,3	3,8
Sul Catarinense	**429,5**	**12,8**	**1.150,1**	**12,8**
Santa Catarina	**3.352,6**	**100,0**	**9.015,7**	**100,0**

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Essa estabilidade de participação não significa poucas alterações nas atividades produtivas regionais. Entre as mudanças mais significativas em termos de área ocupada, os dados oficiais indicam, por um lado, importante expansão na área plantada com arroz irrigado (62,8 mil hectares em 1990 e 92 mil hectares em 2012) e, por outro, reduções nas áreas de feijão (31,4 mil hectares em 1990 e 8,1 mil hectares em 2012), mandioca (29,3 mil hectares em 1990 e 10,4 mil hectares em 2012) e milho (38,1 mil hectares em 1990 e 26,8 mil hectares em 2012).

Houve alterações também no caso do fumo. A região já foi a principal produtora do Estado e perdeu essa condição nos anos mais recentes para outras duas mesorregiões catarinenses (Vale do Itajaí e Norte Catarinense). Nesse caso, mesmo com uma redução de "apenas" 2,3 mil hectares na área plantada (29 mil hectares em 1990 e 26,7 mil hectares em 2012), estima-se que mais de mil famílias saíram da atividade na região.

Na produção animal, embora sem números atuais para ilustrar, sabe-se que alguns municípios da região tinham um importante contingente de suinocultores "independentes" (não integrados às agroindústrias e cooperativas) e que esses foram os que mais sofreram com as seguidas crises de preços da suinocultura e se viram forçados a deixar mais rapidamente a atividade.

Esses são exemplos do processo de transformação estrutural do espaço rural do Sul Catarinense, que, aliados aos fatos de ser uma região de importante contingente populacional, de receber expressivo fluxo de viajantes e turistas, e de ter muitas famílias rurais com tradição de transformar produtos em casa, explicam o fato de ser uma das regiões em que mais intensificaram as iniciativas na busca por novas fontes de renda e de organização, como se evidenciará ao longo deste artigo.

3. AS INOVAÇÕES ORGANIZACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA

A inovação, neste trabalho, é entendida a partir da perspectiva do desenvolvimento rural. Significa deixar de lado as elaborações teóricas que sustentaram o paradigma da modernização[5], principalmente a teoria da inovação induzida e a teoria da eficiência

[5] Sob o paradigma da modernização agrícola o processo inovativo esteve fortemente condicionado por uma perspectiva linear das inovações, a partir da qual estas seriam produzidas pelas ciências agrárias, difundidas pelos técnicos extensionistas e incorporada pelos agricultores. Ou seja, um modelo de mão única.

tecnológica (HAYAMI; RUTTAN, 1988; SCHUTLZ, 1965). Naquele contexto as inovações respondiam como importante elemento propulsor do aumento da produção e da produtividade agrícola. Sendo algo importado e externo às práticas e processos dos agricultores, foram introduzidas de forma desconectada às realidades locais. Este modelo pouco contribuiu para a inclusão autônoma dos agricultores familiares, servindo antes para subordiná-los verticalmente aos complexos agroindustriais (MARQUES, 2009).

Em que pese a atualidade das críticas e os limites do padrão dominante e tecnologias a ele associadas, parece não haver ainda um consenso a respeito do caminho alternativo para a produção de conhecimentos e de inovações na agricultura e no mundo rural. Contudo, duas abordagens recentes merecem atenção. A primeira, a perspectiva de Amin e Cohendet (2004), que propõe o conhecimento como o resultado de um processo coletivo. Mostram que os processos de inovação e desenvolvimento tecnológico estão enraizados (*embeddedness*) em contextos sociais e que a invenção e a criatividade são frutos de um intenso processo de interação e troca de vivências, no qual o conhecimento científico e o conhecimento tácito são complementares. Para os autores, é preciso compreender os espaços sociais e o ambiente institucional em que ocorrem as interações e trocas a partir das quais emergem soluções criativas e inovadoras para problemas complexos.

A segunda, a abordagem da "produção de novidades" (PLOEG et al., 2004; WISKERKE; PLOEG, 2004)) focaliza o processo de inovação e produção de conhecimentos na agricultura como resultado do processo de busca de soluções viáveis aos problemas diários com que os agricultores se defrontam e para os quais procuram criar e inventar novas e melhores maneiras de otimizar o uso dos fatores de produção (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). A inovação também advém de um trabalho contínuo e cotidiano de ajuste às condições que os agricultores dispõem e manejam (OLIVEIRA et al., 2011). Para estes autores, uma característica recorrente de uma 'novidade' é sua ruptura com o regime dominante. Ainda diferenciam os conceitos de inovação e de novidades[6] na agricultura, a partir da ideia de que as primeiras são *incrementais*, como as definiu Schumpeter, e as segundas são *radicais*.

Independente dessas nuances conceituais, o momento crucial do processo de inovação é a apropriação social e o reconhecimento coletivo, que é a etapa em que uma novidade se submete ao crivo da eficácia como prática social ou como recurso de uso coletivo (SCHNEIDER; MENEZES, 2014). Neste momento, apontam os autores, verifica-se que a inovação é, de fato, um processo social.

Assim, apresentam-se diferentes formas de inovação, ou seja, iniciativas em que os agricultores criam novos modos de "fazer as coisas" visando resolver seus problemas cotidianos. Para além disso, encontram-se os processos de inovação que possuem um sentido coletivo, expressando-se por intermédio de dispositivos coletivos (como cooperativas, associações), que demandam um processo de coesão social (SCHNEIDER; MENEZES, 2014) e um alinhamento de interesses (muitas vezes conflitantes, pelas relações de poder) em torno de um objetivo comum.

Nesta perspectiva e, para o caso aqui analisado, tanto a construção de mercados quanto a regulação (fiscal, ambiental, sanitária e previdenciária) funcionam como "disparadores" dos processos de inovação organizacional. Verifica-se que fazer as coisas de modo diferente tanto se dá no nível das práticas técnico-produtivas e dos processos quanto nas formas de organização social. Estas resultam na criação de agroindústrias e cooperativas descentralizadas com práticas inovadoras, situadas num ambiente contextual específico que

[6] Para uma discussão mais aprofundada das diferenças entre estes dois conceitos, consultar Oliveira et al. (2011).

contribuem para agregar valor aos produtos e diminuir as vulnerabilidades. A seguir analisa-se com mais detalhes esta prática social em Santa Catarina e, especificamente para o Sul do estado.

3.1 As agroindústrias familiares rurais

Ainda que boa parte das agroindústrias familiares rurais se origine na realização de processamento de alimentos e matérias-primas nas propriedades dos agricultores, a agroindústria familiar[7] é uma inovação por não se resumir a isso. É uma organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca, que se realiza na comercialização, enquanto a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso, que se realiza no autoconsumo. O processamento de alimentos e matérias-primas ocorre, geralmente, na cozinha das agricultoras. Já, a agroindústria familiar rural, ocorre em um espaço físico específico constituindo-se assim num novo empreendimento social e econômico. Apesar dessa clara distinção é o conjunto de experiências de transformação de produtos nas propriedades dos agricultores (que envolve dezenas de milhares de agricultores familiares), que, a partir dos anos de 1990, se constitui na raiz das chamadas "agroindústrias rurais" de Santa Catarina (MIOR, 2005).

Autores como Medeiros, Wilkinson & Lima consideram que essa "passagem" configurou a necessidade de construção de inovações por parte da agricultura familiar, exigindo novos conhecimentos em gestão, processos produtivos e marketing, o que acabou virando título de livro (LIMA & WILKINSON, 2002).

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas (o IBGE denomina agroindústria rural) estava presente em 36,7 mil estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, sendo que 8,35 mil deles comercializavam parte da sua produção nos diversos mercados, com destaque para os seguintes produtos: queijo/requeijão; pães, bolos e biscoitos; melado; vinho e aguardente de cana; embutidos (linguiças/salsichas/etc.) e farinha de mandioca.

No levantamento realizado pela Epagri em 2010 foram cadastradas 1.894 agroindústrias familiares rurais[8]. Embora desigualmente distribuída, a agroindústria familiar está presente nas distintas regiões do Estado, processando uma diversidade de matérias primas com destaque para frutas, cana-de-açúcar, massa e panificação, leite e derivados, mandioca, hortaliças. Em 2009, essas agroindústrias faturaram mais de R$ 136 milhões e envolveram mais de sete mil pessoas no trabalho direto. Esse números evidenciam a importância destas atividades econômicas como geradora de postos de trabalho e renda de forma descentralizada para milhares de famílias rurais catarinense.

[7] A controvérsia acerca do conceito de agroindústria familiar pode ser vista em Guimarães e Silveira (2007).

[8] Aqui cabem duas observações: 1ª) Esse números não podem ser comparados aos do Censo do IBGE, pois houve definição de levantar apenas aquelas iniciativas com recortes bem mais específicos que os do Censo, como: sistematicamente destinar a produção ao mercado; gerar ou vir a gerar renda relativamente significativa; dispor de estrutura com espaço físico específico; ser legalizado ou passível de legalização e não se caracterizar apenas pela venda do excedente de consumo;. 2ª) Embora a ideia fosse levantar informações sobre a totalidade de empreendimentos dos agricultores familiares, não é possível garantir que isso ocorreu, portanto, a pesquisa não pode ser considerada um censo.

3.2. As cooperativas descentralizadas

Uma inovação organizacional ainda mais recente da agricultura familiar catarinense são as redes de cooperação. Especialmente as organizadas sob a forma de cooperativas descentralizadas. Embora as redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se constituem na mais poderosa inovação organizativa da agricultura familiar.

Em Santa Catarina, essa forma de organização tem contribuído decisivamente na superação de importantes gargalos na comercialização de produtos da agroindústria familiar para o mercado formal de alimentos, particularmente aqueles relacionados às legislações sanitária, fiscal, previdenciária e às escalas mínimas de produção e logística. Essas cooperativas descentralizadas podem assim ser vistas como um mecanismo para viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares ao mercado (termo cunhado por Wilkinson, 2009). Esta inserção se dá de forma mais direta e não mediada pelas grandes agroindústrias e cooperativas tradicionais conforme foi identificado por pesquisas realizadas no Oeste Catarinense (WILKINSON et al., 2011).

No levantamento realizado pela Epagri em 2010, as redes de cooperação[9] foram definidas como organizações de agricultores ou de grupos de empreendimentos, que tem por objetivo melhorar as condições de inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares no mercado. Portanto, organizações que facilitam a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, logística ou conhecimento, entre outras funções, constituídas na forma de condomínios; associações; cooperativas por produto; cooperativas descentralizadas e suas filiais e unidades de cooperativas; e centrais de cooperativas.

Nas cooperativas tradicionais que operam com unidades agroindustriais centralizadas, chamadas também de singulares, ou de primeiro grau, a infraestrutura de armazenagem, processamento, industrialização e comercialização é constituída em unidades da cooperativa ou em filiais da mesma sob gestão centralizada. A lógica de funcionamento destas cooperativas é a busca de economias de escala nas operações de produção e comercialização.

Estudiosos do cooperativismo agropecuário como Bialoskorski Neto tem chamado a atenção para o surgimento uma nova geração de cooperativas e no caso Brasileiro das

[9] No levantamento da Epagri foram definidos os seguintes tipos de redes:
Cooperativa por produto/cadeia produtiva: é uma sociedade civil, com forma e natureza jurídica próprias, constituída com o objetivo de viabilizar a produção/processamento e/ou comercialização coletiva dos produtos.
Cooperativas descentralizadas: Forma de organização cooperativa que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos cooperados. Portanto, descentralizadas da sede da cooperativa. Permite a constituição de empreendimentos de agregação de valor de forma descentralizada através da formalização por contrato de comodato "cessão e uso" para a cooperativa. Para fins de legalização as unidades são repassadas à cooperativa através de contrato de comodato. Podendo ter filiais ou não nestas cooperativas. **Filial de cooperativa descentralizada:** unidade de processamento constituída por um sócio ou grupo de sócios de uma cooperativa com CNPJ próprio (diferente do CNPJ da cooperativa na qual é filiada). **Unidade de cooperativa descentralizada:** é um empreendimento formal, filiado a uma cooperativa e usando o CNPJ da mesma.
Associações: são organizações coletivas de agricultores familiares constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas dos associados.
Condomínios: são organizações coletivas constituídas com o objetivo de produzir e/ou processar produtos de origem agropecuária.

Cooperativas Virtuais (BIALOSKORSKI NETO, 2001). Segundo o autor estas cooperativas virtuais são organizações caracterizadas por pequeno número de produtores rurais associados e que não possuem prédios e que movimentam pequena quantidade de commoditties agropecuárias, mas com altos e diferenciados padrões de qualidade e orientados para nichos de mercado. No Estado do Paraná o Serviço de Extensão Rural da Emater tem implementado a organização de cooperativas virtuais no sentido de viabilizar a comercialização dos agricultores familiares associados sem, contudo, constituir unidades agroindustriais.

Em função desta caraterização outros autores como Estevam et al (2013) assumiram que as cooperativas de produção agroindustrial da agricultura familiar de Santa Catarina também seriam "virtuais" ou "não patrimoniais". Contudo, as cooperativas da agricultura familiar, organizadas na forma descentralizada, operam com estruturas de processamento de matérias primas, como é o caso das unidades agroindústrias, repassadas por comodato dos associados.

Assim, diferentemente das cooperativas convencionais, as descentralizadas são constituídas para viabilizar a operação de armazenagem, processamento e comercialização em pequena escala das agroindústrias familiares rurais e operam com unidades descentralizadas nas comunidades rurais e nas propriedades dos agricultores familiares. Isso só é viabilizado porque os agricultores familiares (proprietários da unidade agroindustrial) repassam, por meio de contrato de comodato, as suas instalações para a cooperativa. Este contrato transfere a responsabilidade fiscal, sanitária, comercial, previdenciária para a cooperativa que, assim, passa a ser gestora da agroindústria.

Pesquisas recentes mostram que em Santa Catarina há cooperativas descentralizadas que congregam mais de 20 empreendimentos agroindustriais, operadas e gerenciadas pelos associados e que processam leite, carnes, frutas, verduras, mandioca, mel, grãos, entre outros produtos e matérias primas. A mão de obra destes empreendimentos é dos associados da cooperativa, não significando, portanto, vinculo empregatício. As matérias primas dos associados são comercializadas para a cooperativa com nota do produtor e esta comercializa os produtos finais processados e industrializados com notas fiscais da própria cooperativa.

No levantamento realizado pela Epagri em 2010 foram identificadas 70 cooperativas descentralizadas com 4.755 sócios integrando 401 empreendimentos como unidades descentralizadas (o que dá em média 5,7 agroindústrias por cooperativa). Foram identificadas também 70 cooperativas por produto, 30 condomínios e 263 associações de agricultores familiares. No conjunto estas organizações agrupavam 21 mil agricultores familiares. A comparação entre os dados das 70 cooperativas descentralizadas e das 70 cooperativas por produto mostra que as descentralizadas têm um menor número médio de sócios (67 contra 105) e são também mais recentes: 50 delas tinham menos de 6 anos contra 39 das cooperativas por produto com a mesma idade.

4. FORMAS TRADICIONAIS E NOVAS FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL CATARINENSE

Assim como boa parte da agricultura familiar estadual a do Sul Catarinense apresentou variações nas suas formas de inserção no mercado. De uma agricultura colonial, caracterizada pela produção para autoconsumo e venda de pequenos excedentes, a partir a modernização da agricultura nos anos de 1960/1970 passou a estabelecer fortes vínculos com as agroindústrias/grandes cooperativas, especialmente através do processo de integração observado em algumas cadeias produtivas como suínos, aves e fumo (PAULILO, 1990), mas também em outras atividades produtivas como a produção de grãos.

Como exemplos cita-se os casos da suinocultura e da produção de arroz irrigado. No caso da cadeia de suínos, o Sul praticamente repetiu[10] o que ocorreu no Oeste Catarinense: o processo de integração/relação agroindustrial levou à especialização da produção entre produtores de leitões e terminadores, que foi acompanhada de ampliação das escalas, da concentração da produção e da exclusão de produtores da atividade, particularmente dos pequenos (MIOR; 2005, TESTA et al; 1996)[11].

Outro exemplo é arroz irrigado, que a partir dos anos de 1980 teve importante expansão de área (ver item 2) e de número de produtores, se transformando na principal região produtora do Estado, mas, com a intensificação da mecanização e o aumento das escalas de produção, repetiu a concentração da produção e exclusão de produtores da atividade.

Esse processo de seleção, concentração e exclusão de pequenos produtores de algumas cadeias produtivas tradicionais, as mudanças das características da "força de trabalho rural", a ampliação do mercado de alimentos decorrente de uma população regional cada vez mais urbanizada, aliados à necessidade da busca de novas alternativas de ocupação e renda e à tradição e conhecimento dos agricultores familiares na manipulação de diferentes produtos e vendas de pequenos excedentes são aspectos decisivos para que a transformação e venda de produtos através de pequenas agroindústrias se consolide como uma alternativa de complementaridade na geração de renda pelos agricultores familiares do Sul Catarinense.

Ainda que em geral essas iniciativas comecem em caráter de renda complementar, tem se observado que para muitos agricultores o empreendimento ganha dimensões econômicas tais que passa a representar a principal fonte de renda familiar.

No caso do Sul Catarinense se observa também que o reposicionamento da agricultura familiar passa pelo desenvolvimento recente de cadeias agroalimentares curtas apoiadas no turismo gastronômico, religioso e rural, como retratado no trabalho de Scarabelot (2012) sobre o município de Nova Veneza, considerada um polo de gastronomia de origem italiana.

Também são observadas iniciativas que aproveitam os cresecentes mercados para produtos orgânicos (banana), "naturais", "artesanais" ou "coloniais". Entre essas pode-se exemplificar com casos que extrapolam o mercado do Sul Catarinense (cadeias longas) como o da Agreco (Associação dos Agricultores ecologistas das Encostas da Serra Geral), que atua no mercado nacional de orgânicos e da Acevam, que comercializa a quase totalidade da produção de banana (orgânica) dos seus associados no mercado do Rio Grande do Sul[12].

Além disso, em alguns municípios do Sul Catarinense são realizadas feiras anuais que valorizaram os produtos diferenciados da agricultura familiar, como a AgroPonte – Agronegócio & Agricultura Familiar, em Criciúma, a Mostra Regional e Feira de Produtos Coloniais do FarolShopping, em Tubarão e a Expofeira da Agricultura Familiar do Extremo

[10] Destaca-se que regionalmente houve a manutenção de uma produção independente (não integrada). Particularmente no município de Braço do Norte, onde a manutenção de uma produção por produtores de ciclo completo favoreceu a consolidação de pequenas e médias plantas frigoríficas dedicadas, sobretudo, à produção de carnes suínas para o mercado in natura. Em 2013, este município tinha 29 das 49 unidades de abate e processamento de carne suína do Sul Catarinense, com Serviço de Inspeção Estadual. A expressividade desses números fica evidente ao se constatar que o Estado tinha 115 dessas unidades e que a produção de suínos concentra-se no Oeste Catarinense.

[11] A cadeia leiteira também tem peculiaridades no Sul Catarinense. Embora repita a característica estadual de importante repercussão na ocupação da mão de obra e geração de renda das propriedades familiares, apresenta a particularidade da predominância de pequenos laticínios na compra da maior parte da matéria prima dos produtores, enquanto na maioria das demais regiões isso ocorre através de poucos laticínios.

[12] Recentemente, a Agreco constitui a Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (COOPERAGRECO) e a ACEVAM constitui a Cooperativa dos Produtores Orgânicos Catarinense (COOPERVIDA).

Sul Catarinense, em Araranguá. Em diversos municípios existem também as feiras livres semanais, onde os agricultores familiares, individualmente ou por meio de cooperativas, expõem e comercializam produtos in natura e processados diretamente aos consumidores.

Várias dessas iniciativas dos agricultores familiares do Sul Catarinense têm sido potencializadas pelas políticas públicas recentes de fortalecimento do mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar) e, além de se caracterizarem como novas formas de ocupação e renda e de inserção no mercado, inovam também no que diz respeito a formas de organização, aspectos que serão mais detalhados no item 5 desse artigo.

Por fim, a forte inter-relação rural urbana que caracteriza a mesorregião Sul, permite que os agricultores familiares, sobretudo jovens, se insiram em mercados ou atividades não-agrícolas localizadas tanto no espaço rural quanto urbano. Sob protagonismo dos agricultores, existem 85 empreendimentos não-agrícolas, representando 17,4% deste tipo no Estado. Destes, 50 exercem atividades ligadas ao turismo rural e 35 estão voltados ao artesanato onde se destacam atividades ligadas à costura e madeira.

5. AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E REDES DE COOPERAÇÃO NO SUL CATARINENSE

As iniciativas individuais e coletivas dos agricultores familiares surgem como possibilidade de diversificação ao padrão de desenvolvimento rural em Santa Catarina. Este movimento implica na criação dos seus próprios empreendimentos, em novas formas de inserção nos diversos mercados e na organização em associações e cooperativas.

5.1 As agroindústrias familiares rurais

Em Santa Catarina, a constituição e expansão de milhares de pequenas agroindústrias faz parte da dinâmica pela qual os agricultores familiares buscam maior controle dos processos de produção e trabalho e procuram fugir do *squeeze* econômico a que estão submetidos em atividades tradicionais. Essas atividades permitem maior conexão entre produtores e consumidores e diferenciação nos padrões de consumo agroalimentares, contribuindo na formação de mercados de contato direto e de proximidade espacial.

As mesorregiões com maior concentração de agroindústrias se caracterizam pela força de uma agricultura familiar de pequena escala com produção diversificada e processamento de produtos para o consumo familiar. O Sul Catarinense possui 356 empreendimentos de agregação de valor de produtos agrícolas. A grande maioria destas iniciativas (90%) é constituída de forma individual/familiar. São cerca de 1.000 pessoas diretamente envolvidas, sendo predominantemente membros da família do proprietário. O número médio de sócios é de 2,8 por empreendimento, um pouco abaixo da média estadual que é de 3,8 pessoas.

O número de empreendimentos da região é suplantado somente pela região Oeste Catarinense. Contudo, a região apresenta a maior relação com o número de estabelecimentos agropecuários: são 13,09 empreendimentos de agregação de valor de produtos agrícolas para cada 1.000 estabelecimentos agropecuários (Tabela 4). Isto sinaliza a intensidade dos processos de agroindustrialização em pequenas unidades familiares nesta região.

É relevante também o fato de que 44% dessas 356 agroindústrias ter mais de cinco anos de existência, o que indica uma trajetória sustentável no contexto de pequenos negócios para a produção de alimentos artesanais/coloniais que são reconhecidos, apreciados e demandados pelos consumidores catarinenses. Por outro lado se observa que muitas delas são recentes (43% têm até 2 anos), o que revela um intenso dinamismo na constituição destes

empreendimentos, que se tornam nova alternativa de trabalho e renda para muitas famílias rurais e contribuem para a permanência de jovens[13] agricultores no meio rural.

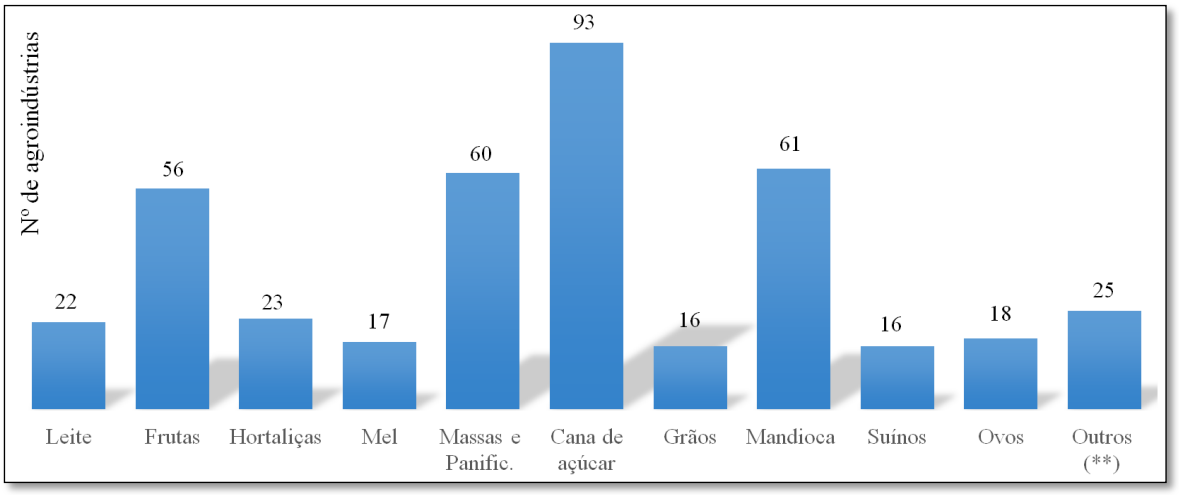
Tabela 4. Número de agroindústrias e relação entre estes empreendimentos e número de estabelecimentos agropecuários segundo as mesorregiões do IBGE.

Mesorregião	Número de agroindústrias	Número de estabelecimentos (1.000)	Número de agroindústrias/ 1.000 estabelecimentos
Grande Florianópolis	81	11,3	7,17
Norte	258	23,7	10,89
Oeste	862	82,1	10,50
Serrana	72	21,2	3,40
Sul	**356**	**27,2**	**13,09**
Vale do Itajaí	265	28,2	9,40
Total	1.894	193,7	9,78

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).
IBGE - Censo Agropecuário 2006

5.1.1 Diversidade produtiva e valor gerado

Essa expressiva quantidade de empreendimentos é acompanhada de importante diversidade de produtos processados, com destaque para o número de agroindústrias que produzem derivados de cana de açúcar, de mandioca, de massas/panificação e de frutas (Gráfico 1). Em relação ao Estado de Santa Catarina esta região difere basicamente por apresentar números relativamente mais expressivos no processamento de cana-de-açúcar e da mandioca. Os engenhos de mandioca e a respectiva produção de farinha são atividades centenárias da cultura e do modo de vida dos colonizadores da região Sul catarinense.



(**) Aves, bovinos, pescados, madeira, palmáceas, ovinos,etc.
Número com repetição já que a mesma agroindústria pode processar mais de um produto.
Fonte: Levantamento da Epagri (2010)

Gráfico 1. Produtos processados pelas agroindústrias da mesorregião Sul Catarinense.

[13] O trabalho de Marcondes et al. (2012), baseado em pesquisa realizada em Santa Catarina em 2010, mostra um total de 994 jovens que permaneceram ou retornaram ao meio rural por conta das agroindústrias familiares.

Por outro lado, quando se analisa a importância destas agroindústrias em termos de valor econômico gerado, observa-se que em 2009 o Sul Catarinense respondeu por 16,7% (R$22,8 milhões) do total do valor da produção das agroindústrias familiares do estado. A agroindústria de leite e derivados é a de maior expressão econômica, com R$4,3 milhões (19% do estado) seguida pela da mandioca e derivados (16,4% do estado), de suínos e derivados (13,3% do estado), de massa/panificação (11,2% do estado) e a de cana-de-açúcar e derivados (9,7% do estado). Essas agroindústrias somam 69,6% do total valor econômico gerado nas agroindústrias da região. Esta dinâmica parece estar relacionada à escala de produção e ao valor agregado diferenciados que dão especificidade a cada uma das cadeias produtivas.

5.1.2 Estratégias de mercado

Notadamente nos últimos 15 anos, a constituição e expansão das agroindústrias familiares rurais foi acompanhada de mudanças nas práticas de realização da produção junto aos mercados consumidores. Originadas em processos artesanais e, na maior parte, dentro das cozinhas das famílias rurais, alcançavam os mercados sem a preocupação em atender os requisitos de formalidade jurídica e cumprimento das normativas sanitárias. O citado levantamento realizado pela Epagri em 2010 dá indicações importantes sobre a situação existente em 2009.

Tomando por critério de formalidade o CNPJ e/ou o registro nos serviços de inspeção animal ou de controle sanitário vegetal, observa-se que, apesar do crescimento do número destes empreendimentos e do fortalecimento deste tipo de mercado, ainda é significativo o número de empreendimentos informais. No Sul Catarinense verifica-se que das 356 agroindústrias em atividade, 61,5% delas estão na informalidade.

A informalidade como prática mercantil, portanto, ainda é um traço marcante destas agroindústrias e permanece como importante estratégia de inserção nos mercados de proximidade. Aliás, em geral, esta é a forma inicial de inserção e construção dos mercados pelos agricultores. Praticamente todas as agroindústrias familiares rurais iniciaram suas atividades de maneira informal e, somente após ter seu mercado já construído, com uma demanda suficiente para viabilizar o empreendimento técnica e economicamente, é que fazem os investimentos necessários para se formalizar (DORIGON; 2008, FERRARI; 2011). Esta prática tradicional de comércio informal[14], que continua a se reproduzir nos dias de hoje, se constrói com base na confiança que se estabelece entre consumidor e produtor a partir de sua reputação pessoal (MIOR, 2005).

Este aspecto pode ser reforçado quando se analisa a regulação sanitária. Analisando-se as agroindústrias de produtos de origem animal destacam-se dois aspectos: primeiro, 37,2% delas ainda não possuem serviços oficiais de inspeção; segundo, predomina o serviço de inspeção municipal (Tabela 5), condição que limita fortemente a expansão dos mercados.

Em relação aos produtos de origem vegetal, é ainda maior o percentual (68%) de agroindústrias que trabalham sem registro nos órgãos reguladores. Isto parece estar relacionado a deficiências na estrutura dos sistemas de vigilância sanitária a cargo dos municípios, o que impede uma fiscalização mais efetiva das unidades de processamento, e a uma menor pressão social e midiática em relação aos problemas causados à saúde do consumidor relativamente ao potencial dos produtos de origem animal.

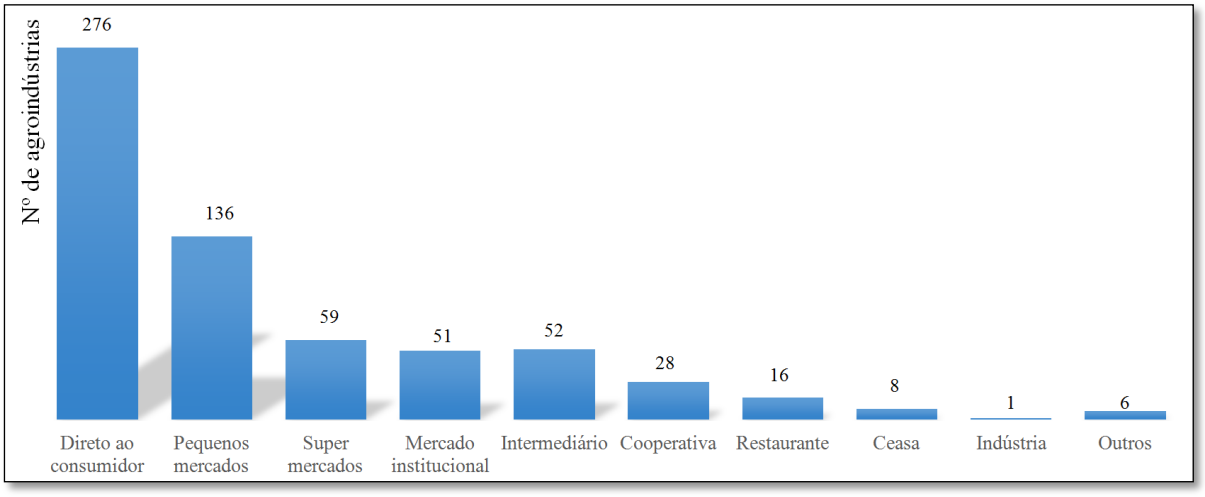
[14] Para uma análise da importância do mercado informal de alimentos processados para a agricultura familiar de SC ver Wilkinson & Mior (1999).

Tabela 5. Situação das exigências sanitárias nas agroindústrias familiares na mesorregião Sul catarinense - 2009

Produtos animais			Produtos vegetais		
Serviço de inspeção	№ de agroindústrias	%	Fiscalização/registro de produtos	№ de agroindústrias	%
Não tem	29	37,2	Não tem	192	68,3
SIM	22	28,2	Vigilância sanitária	67	23,8
SIE	20	25,6	Mapa	11	3,9
SIF	7	9,0	Outro	3	1,1
			Não se aplica	8	2,8
Total	78	100		281	100

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essas informações são claro indicativo de que os consumidores compram os produtos da agroindústria familiar, mesmo que muitas não atendam as normas da legislação sanitária. Isto sinaliza que estas vendas se estabelecem a partir de canais informais de trocas em relações face a face, onde prevalece mecanismos de confiança e reciprocidade na efetivação das transações mercantis. São relações diretas estabelecidas tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas locais, como mostram os dados relativos às vendas diretas ao consumidor e em pequenos mercados/mercearias/padarias (Gráfico 2).



Número com repetição já que a mesma agroindústria utiliza mais de um canal de comercialização.
Fonte: Levantamento da Epagri (2010)

Gráfico 2. Canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias na Mesorregião Sul.

A diversificação dos dispositivos mercantis é uma estratégia recorrente utilizada pelos agricultores, tanto para produtos "in natura" quanto para aqueles processados nas agroindústrias familiares. Nas vendas diretas prevalecem as feiras livres, as vendas no domicílio, no estabelecimento agropecuário e nos pontos de estrada. São vendas que acontecem e reforçam os mercados de proximidade. Os dados mostram que do total de volume comercializado pelas agroindústrias familiares na mesorregião Sul catarinense, 70% acontecem no próprio município; 10% na região e 10% dentro do Estado. A comercialização

realizada no próprio município ou municípios vizinhos facilita a logística de comercialização, uma vez que são pequenos negócios que não dispõem de uma estrutura em termos de pessoal e transporte que permita percorrer grandes distâncias. Na maior parte dos casos são os próprios agricultores empreendedores que realizam a venda e entrega dos produtos aos seus clientes, através de rotas organizadas de forma sistemática.

As vendas diretas permitem uma ampliação das relações sociais com os consumidores e a expansão da demanda à medida que o produto se torna mais conhecido. Ademais, ressignifica esta relação ao trocarem-se informações, saberes, receitas, impressões. É, portanto, um espaço social de aprendizagem que permite aos agricultores criarem mercados para seus produtos e expandir seus negócios com mais segurança. Deste modo, relações de confiança e reconhecimento permeiam a relação de troca cujo modo de qualificação passa a ser a reputação e a fama.

É assim que muitos agricultores empreendedores conseguem colocar facilmente os produtos de sua agroindústria mesmo aqueles ainda sem rotulagem, marca ou algum outro sinal oficial. Em acordo com o que acontece nas demais regiões catarinenses, também no Sul do Estado há muitas destas agroindústrias familiares que não usam rótulo em seus produtos e também não registram as suas marcas nos órgãos competentes (Tabela 6).

Tabela 6. Características dos empreendimentos vinculados e não vinculados á redes de cooperação na mesorregião Sul catarinense - 2009

Características	Empreendimentos (%)	
	Vinculados à redes de cooperação	Não vinculados à redes de cooperação
Formais	64,4	28,2
Informais	35,6	71,8
Possuem marca	53,1	31,4
Não possuem marca	46,9	68,8
Utilizam rótulo	70,4	40
Não utilizam rótulo	29,5	60

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Contudo, ao comparar-se o grupo de empreendimentos vinculados e não vinculados a algum tipo de rede na região (Tabela 6), verifica-se que o percentual de empreendimentos formais do grupo vinculado a redes é de 64,4%, enquanto dos não vinculados é de 28,2%. Observa-se também que nos empreendimentos que estão vinculados a redes de cooperação, o percentual de uso tanto de marca (53,1%) como de rótulo (70,4%) são maiores que a do grupo de não vinculados. Esta diferença reflete sua condição de beneficiárias de serviços coletivos no que diz respeito ao desenvolvimento e registro de marcas e rótulos, formalização jurídica, visto que tais processos facilitam a inserção nos mais distintos mercados, especialmente em cadeias mais longas. Portanto, a organização em redes facilita a viabilização do processo de legalização e atendimento às normas impostas pelo mercado.

5.2. As redes de Cooperação: Condomínios, Associações e Cooperativas

Conforme vimos anteriormente as redes de cooperação tem potencializado a inserção dos produtos dos agricultores e, sobretudo, das agroindústrias familiares nos mercados. Os

dados apresentados na tabela 7 ilustram como os objetivos ligados a comercialização nortearam a constituição e atuação das redes na região Sul e também em Santa Catarina.

Tabela 7. Objetivos das redes da agricultura familiar no Sul catarinense e em Santa Catarina (2009).

Objetivos das redes	№ de redes Sul	№ de redes Santa Catarina
Venda produtos agrícolas	26	221
Compra de insumos	25	179
Venda produtos processados	21	139
Compra de matéria prima	19	102
Produção agrícola conjunta	19	96
Armazenar e processar Matéria prima	12	60
Outro	17	113

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A mesorregião Sul destaca-se no panorama catarinense com a presença de 66 redes e 2094 associados distribuídos nos distintos tipos de organização: com 31 associações e 695 agricultores filiados este tipo de organização é o preponderante no Sul catarinense e também na paisagem estadual (Ver tabela 8). Sua atuação se dá basicamente no apoio e na organização dos agricultores familiares ao longo da cadeia produtiva, mas, sobretudo, na etapa de comercialização da produção. Embora as associações não atuem como agentes diretos nesta etapa elas organizam a comercialização que é realizada pelos associados. São exemplos destas as associações de agricultores feirantes, de apicultores, de piscicultores, de produtores de leite, de orgânicos, de artesãos etc. Importante ainda registrar que boa parte destas associações são o embrião das cooperativas como foi o caso da Copervida (Praia Grande) e Cooperagrego (Santa Rosa de Lima) e Cooperação (São Ludgero).

Já, as oito cooperativas mais tradicionais por produto, alcançava 807 associados (média de 101 sócios por cooperativa) em 2009. Com um número médio muito superior de associados do que as descentralizadas (42 sócios) estas cooperativas operavam na organização da produção e, sobretudo, da comercialização dos agricultores familiares. As cooperativas por produto predominam na organização dos produtores de leite e de orgânicos.

Tabela 8. Distribuição dos tipos de redes, empreendimentos e número de sócios na região Sul e no Estado de Santa Catarina

Tipo de organização	Número			Número		
	Redes	Empreendimentos associados	Sócios*	Redes	Empreendimentos associados	Sócios*
Associação	31		695	263		7641
Condomínio	10		83	28		285
Coop. produto	8		807	70		7545
Coop. descentralizada	11	64	466	70	401	4575
Unid. de cooperativa	6		43	48		382
Filial de Cooperativa				16		194
Coop. Central				1		500
Total	66	64	2094	496	401	21.122

(*) Número com repetição já que a mesma pessoa pode participar de mais de uma rede.
Fonte: Levantamento da Epagri 2010

A mesorregião Sul concentra ainda parte significativa dos condomínios e das cooperativas descentralizadas quando comparado com o estado de Santa Catarina. Dos 28 condomínios existentes no estado dez estão localizados no Sul. Enquanto no estado há um número similar de cooperativas por produto e descentralizadas, na região sul predominam as do tipo descentralizadas (onze contra oito por produto).

A maior presença dos condomínios como forma de organização se deve, entre outras razões, a opção da Cooperagreco em organizar as agroindústrias familiares pertencentes a sua rede na forma condominial[15]. Já, a maior presença das cooperativas descentralizadas está associada ao processo de legalização e desenvolvimento recente das agroindústrias familiares. No Sul catarinense as cooperativas descentralizadas são um fenômeno mais recente do que no Estado já que 81% tinham menos de 6 anos de idade em 2010 enquanto, no estado, eram apenas 50%.

Pode-se assim argumentar que a inovação cooperativas descentralizadas encontrou no Sul catarinense um espaço profícuo para o seu desenvolvimento já que são 11 cooperativas, 64 empreendimentos agroindustriais associados e 466 agricultores filiados (Tabela 8). Entre os empreendimentos agroindustriais, aqui entendidos como unidades de agroindustrialização filiadas a cooperativa, destacam-se as cadeias de massas e panificados, mandioca, cana de açúcar e frutas. Tradicional na região Oeste catarinense este tipo de cooperativa chegou ao sul com a constituição, no ano de 2004, da Cooperativa de Produção Familiar Agroindustrial de Nova Veneza (Coofanove). Esta é uma das onze cooperativas que congregavam 64 agroindústrias como suas unidades descentralizadas e viabilizam assim a operação e legalização dos empreendimentos da agricultura familiar.

Os dados apresentados até aqui foram coletados em pesquisa realizada no ano de 2010 em todo o estado de Santa Catarina. A partir de 2013 uma nova pesquisa vem sendo realizada com o objetivo de analisar a dinâmica organizacional e as estratégias de inserção no mercado das cooperativas da agricultura familiar na mesorregião sul catarinense. Na secção a seguir faz-se um primeiro ensaio a respeito das formas de organização e estratégias de reação a distintas condições do ambiente, seja no que se refere à especificidade dos produtos, das cadeias, das normativas e regulações, das políticas públicas e da própria leitura que estes agentes fazem da agricultura e do mundo rural.

6. DISTINTAS TRAJETÓRIAS ORGANIZACIONAIS E ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO SUL CATARINENSE

A partir de uma análise preliminar da pesquisa anteriormente mencionada (em andamento) já foi possível identificar que houve nos últimos cinco anos uma forte dinâmica de constituição de novas cooperativas, passando de 17 em 2009 para 30 cooperativas no ano de 2013. Esta constituição se deu por meio de distintos movimentos que abrangem desde a transformação de associações em cooperativas, passando pela evolução de organizações informais em cooperativas em municípios novos, e também pela constituição de mais de uma cooperativa por município. Entre outros fatores este adensamento organizacional está associado ao trabalho das organizações, sindicatos e federações de agricultores familiares, Organizações Não Governamentais, Universidades e Epagri, Prefeituras Municipais e demais atores locais e ao estímulo de políticas públicas provenientes do Governo Federal, sobretudo as do mercado institucional do PAA e PNAE.

[15] A Cooperagreco está desde o ano de 2013 em processo de transformação de seus condomínios em filiais da Cooperativa e, com isto, passar a operar nos moldes de uma cooperativa descentralizada.

Neste contexto o processo de reposicionamento da agricultura familiar no mercado, consubstanciado na constituição de agroindústrias familiares e redes de cooperação, tem demarcado dinâmicas, trajetórias e inovações organizacionais específicas na sul catarinense. Notadamente, as cooperativas têm constituído diferentes padrões de organização acompanhando também a dinâmica de mercado para os produtos comercializados.

Um primeiro grupo de cooperativas, chamadas de descentralizadas, se constitui na principal inovação organizacional protagonizada pela agricultura familiar catarinense. Estas foram constituídas para viabilizar a legalização das agroindústrias familiares nas dimensões sanitária, fiscal, ambiental assim como de escala de operação visando consolidar o acesso ao mercado formal de alimentos. Inicialmente o foco destas cooperativas foi a inserção no mercado local conforme vimos acima. No Sul catarinense o número de empreendimentos agroindustriais funcionando como unidades descentralizadas das cooperativas era de 64 no ano de 2009.

Este tipo de cooperativa, mais tradicional na região oeste catarinense, surge na região sul com a constituição, no ano de 2004, da Coofanove. Inicialmente a Coofanove abrigou empreendimentos informais já existentes na área de panificação, derivados de cana de açúcar, milho e frutas, embutidos de carne suína e conservas. Com o tempo passou a incentivar a diversificação das matérias primas processadas que elevou o número de empreendimentos agroindustriais filiados para 21 em 2013, agregando mais de 82 produtos finais (ESTEVAM et al., 2013). Importante registrar que a expansão do mercado para os empreendimentos da Coofanove foi favorecida pela constituição de uma loja no centro da cidade de Nova Veneza. Por ser polo de atração turística associado à gastronomia típica italiana, a religiosidade (Igreja Nossa Senhora do Caravaggio) e ao turismo rural, tem influenciado decisivamente no desenvolvimento do mercado para produtos artesanais ligados a cultura da agricultura familiar regional.

A Coofanove se constitui num caso exemplar do que ocorre com as demais cooperativas descentralizadas da região e do estado de Santa Catarina. Fortemente focadas no mercado local e, portanto, dependentes da magnitude deste, as agroindústrias familiares acabam por ter seu desenvolvimento potencializado quando participam de redes ampliando assim o mercado para seus produtos. Isto tem ocorrido com a comercialização conjunta dos produtos nos mercados institucionais a partir da execução de projetos liderados pela cooperativa.

Um segundo grupo de cooperativas tem apostado no mercado crescente de produtos orgânicos e agroecológicos, tanto para o mercado constituído pelas cadeias longas, como no das cadeias curtas e no mercado institucional do PAA e PNAE. Na região estas cooperativas foram pioneiras constituídas ainda que como associações nos anos 80 e 90 e se transformaram em cooperativas nos anos 2000. Considerando a fragilidade do mercado local estas iniciativas buscaram mercados distantes dentro dos circuitos tradicionais dos grandes supermercados. A Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra (Cooperagreco), localizada no município de Santa Rosa de Lima, atua no mercado de cadeias longas (supermercados), mas também no mercado institucional do PNAE com produtos orgânicos e ainda pequenos mercados locais e regionais. Produz uma linha diversificada de produtos orgânicos *in natura*, minimamente processados e também industrializados. Já a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Santa Catarina (Coopervida), de Praia grande, tem priorizado o mercado de banana orgânica in natura junto aos mercados do Rio Grande do Sul. O destaque aqui é que neste mercado distante a Coopervida se utiliza além da estratégia de grandes supermercados a atuação em feiras livres em Caxias do Sul.

Diferentemente do primeiro grupo de cooperativas estas atuam de forma centralizada na organização da comercialização. Tanto a Cooperagreco quanto a Copervida organizam a comercialização e fazem a logística de entrega dos produtos junto aos canais de distribuição. Os produtores se encarregam da condução da etapa de produção da matéria prima da cadeia produtiva. A questão que poderia ser levantada aqui é: o que explica a existência de uma forma de organização diferenciada (centralizada)?

Um terceiro grupo de cooperativas é o ligado aos agricultores familiares que produzem leite e se utilizam da organização das suas cooperativas (por produto) para buscar a melhoria da qualidade da produção e, sobretudo, a melhoria das condições de negociação na comercialização. Entre as diferenças existentes com os tipos anteriores de cooperativas pode-se destacar: o produto leite ainda se constitui numa matéria prima e não apresenta sinais claros de diferenciação no mercado como alimento de qualidade diferenciada[16]. As cooperativas não processam o leite (já que não constituíram estruturas de processamento e agroindustrialização e nem terceirizaram este serviço). A organização da comercialização se dá de forma coletiva realizada pela associação ou cooperativa diretamente com agentes que processam leite, sobretudo pequenos laticínios que predominam na região. Os agricultores familiares são responsáveis pela produção de leite e, naturalmente, participam do processo de tomada de decisão na etapa de comercialização. Negociações coletivas de preços e padrões de qualidade do leite estão sendo exercitadas na região o que está sendo um indicativo do crescente empoderamento destas organizações.

Num primeiro momento poder-se-ia supor que este tipo de cooperativa seria apenas um tipo particular do modelo de cooperativismo tradicional ligado à cadeia de commodities. Contudo, uma diferença fundamental está na praticamente inexistência de patrimônio imobilizado em infraestrutura de processamento e armazenagem de leite. O único patrimônio constituído é o que viabiliza o transporte do leite em algumas cooperativas.

Um último grupo de cooperativas e, constituído muito recentemente, é o das organizações que ainda estão em fase inicial de operação e que apresentam características ainda não definidas de modos de funcionamento e de estratégias de inserção no mercado. Estas organizações são em alguma medida respostas da agricultura familiar, de suas organizações e instituições de apoio aos estímulos do mercado e potencializadas pelas políticas públicas do governo federal, sobretudo do PAA e, mais recentemente do PNAE, notadamente a partir da lei 11947/2009 que estabelece 30% como patamar mínimo de compras da agricultura familiar dos recursos destinados pelo FNDE. Embora também atuem no apoio a comercialização das agroindústrias e empreendimentos dos agricultores familiares associados estas cooperativas estão mais fortemente ancoradas na viabilização de projetos para atendimento destes mercados. A título de exemplo, o município de Criciúma (município polo da região) comprou no ano de 2013 cerca de 1,4 milhões de reais em produtos da agricultura familiar visando atender as demandas do PNAE e exigibilidades da legislação vigente.

7. CONCLUSÕES

A apresentação e análise do processo de constituição de empreendimentos de agregação de valor e de redes de cooperação pela agricultura familiar no Sul Catarinense evidencia a existência de forte dinâmica nas inovações organizacionais associadas as novas

[16] Isto não significa que a qualidade do leite não seja objeto de preocupação da cooperativa e, muito menos que no futuro o leite produzido na região não possa ganhar atributos de qualidade diferenciada. Iniciativas nesta direção já existem como ó o caso da utilização da homeopatia.

formas de inserção no mercado. Os distintos processos de agregação de valor e formas de organização, através das agroindústrias familiares e redes de cooperação, são evidências da capacidade empreendedora dos agricultores familiares e suas organizações.

No Sul Catarinense, esse processo de mudanças se expressa na existência de vários tipos de cooperativas, assim como na diversidade de estratégias que adotam para sua inserção no mercado. Associações transformam-se em cooperativas, cooperativas tradicionais por produto atuam como cooperativas "virtuais" (não constroem infraestrutura centralizada - caso do leite), e cooperativas descentralizadas viabilizam pequenos empreendimentos agroindustriais e a comercialização de produção da agricultura familiar. Distintos canais de comercialização são utilizados para responder às especificidades dos produtos "in natura", processados, artesanais ou orgânicos. Já o mercado institucional, especialmente o PNAE e o PAA, é crescentemente buscado pelas cooperativas, sobretudo as constituídas mais recentemente.

Com a expansão e o desenvolvimento das inovações evidencia-se que os agricultores familiares e suas organizações cooperativas ampliam sua presença nos distintos mercados. Isso, num ambiente relativamente adverso como o da legislação sanitária, concebida para empreendimentos de grande escala. A superação da adversidade imposta por esse ambiente tem sido um desafio constante para esses empreendimentos. No caso das cooperativas um desafio adicional está relacionado com a gestão de sua ação coletiva.

Não obstante os avanços observados, esta dinâmica protagonizada pela agricultura familiar, suas organizações e instituições de apoio, ainda representa um processo de aprendizagem organizacional, num contexto caracterizado por significativas mudanças e pelas novas oportunidades de mercado em geral e do mercado institucional em particular. Contudo, traços mais nítidos destas dinâmicas poderão ser melhor qualificados com o acompanhamento destas experiências, o que será oportunizado com a continuidade da pesquisa no Sul Catarinense.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, A.; COHENDET, P. **Architectures of knowledge**: firms, capabilities and communities. New York: Oxford, 2004.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Virtual Cooperativas in Brazil and the Globalization Process.** Jornal of Rural Cooperation. Paris vol. 29 Nº 2, p. 153-167. 2001

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção**. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ESTEVAM, D.O.; MARCOLINO, J.;LAZARINI, J.J.S. & MADEIRA, K. **Cooperativismo Virtual ou não patrimonial**: O caso da Cooperativa de produção agroindustrial de Nova Veneza (Coofanove). In Goulart, P.M e & Estevam, D.O organizadores. Criciuma, Edinesc, 2013. P155-178.

FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUIMARÃES, G.M. ;SILVEIRA, P.R.C. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas. v. 01, In: **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção.** 2007,15p.

MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos**: transições no regime sócio-técnico da agricultura. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Ed. Argos, 2005. 318 p.

OLIVEIRA, D. et al. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? In: SCHNEIDER, S.; GAZOLA, M. (Orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 91-114.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dinamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.). **Unfolding webs**: the dynamics of regional rural development. Assen: Royal Van Gorcum, 2008.

PAULILO, M.I.S. **Produtor e Agroindústria**: Consensos e Dissensos. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1990.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel do atores locais em Nova Veneza, SC**. Dissertação de Mestrado, 201p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, S.; MENEZES, M. A. Inovação e atores sociais. In: SCHNEIDER et al. (Orgs**.). Sementes e brotos da transição**: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

TESTA, V.M. NADAL, R. de, MIOR, L.C. BALDISSERA, I.T. & CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: Proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações rurais eagroindústrias. **Revista de administração da UFLA**, v.1, no1, 1999. p. 70-89.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J.; DORIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the south of Brazil. In: SILVA, C. A. da; MHLANGA, N. **Innovative Policies and Institutions ro Support Agro-Industries Development**. Roma: FAO, 2011. p. 87-119.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. **Seeds of Transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004.